

REVENDO AS ATAS DA ABL E A PRESIDÊNCIA MACHADO DE ASSIS (1896-1908)

Claudio Cezar Henriques
UERJ e UNESA

1. Primeiras palavras

A primeira etapa da história da Academia Brasileira de Letras é um período que oferece ao pesquisador um campo muito amplo. Foi sobre um de seus acervos inéditos que me debrucei para elaborar o livro *Atas da Academia Brasileira de Letras: presidência Machado de Assis (1896-1908)*, recentemente publicado pela editora da própria ABL. A obra concentra-se no texto das Atas das reuniões ocorridas no período que inclui as sete sessões preparatórias à sua fundação e as seis imediatamente subsequentes à morte de Machado.

Aqui, pretendo expor alguns dados que me parecem mais adequados para uma sessão como esta de que tenho a honra de participar.

O trabalho teve como primeiro objetivo estabelecer o texto das atas, guardadas em sua forma manuscrita no Centro de Memória da ABL. O enfrentamento e a interpretação dos manuscritos levaram em conta o princípio da exaustividade, ou seja, o desejo de compreensão e análise de tudo o que o texto dissesse e a captura dos elementos que ali se encontram, sem acrescentar outros que não estão presentes nele, mas que com ele se relacionam. O segundo objetivo foi inserir comentários e considerações que girassem em torno da análise das intervenções feitas pelos acadêmicos nas sessões e a interpretação das relações institucionalizadas a respeito do tema *língua, literatura e sociedade*.

Antecedem o texto principal dois capítulos: o primeiro, intitulado “Entrelinhas”, une histórias, comenta depoimentos e tece considerações críticas a respeito da Academia Brasileira de Letras e de sua trajetória de mais de cem anos; o segundo, chamado “*Corpus*”, especifica números e datas, esclarece aspectos pitorescos do texto, identifica dados e descreve sua localização, conservação e vínculos com outros documentos guardados no Centro de Memó-

ria.

Após a exposição dos critérios adotados e a edição dos manuscritos, há um capítulo intitulado “Textos Conexos”, que contém a transcrição dos únicos cinco discursos de Machado de Assis ao tempo em que presidiu a Academia. Contém também os discursos de Rui Barbosa (no sepultamento de Machado) e de Olavo Bilac (na inauguração da placa na casa do Cosme Velho), uma crônica de Euclides da Cunha (sobre um adolescente que visitou Machado na véspera de sua morte – cuja identidade de Astrojildo Pereira seria revelada apenas muitos anos mais tarde) e a tradução de uma moção em defesa da língua portuguesa, apresentada por Oliveira Lima em Congresso realizado em Viena em 1908 (transcrita em francês numa das atas). São páginas importantes para enriquecer o conteúdo histórico das atas e para compor as considerações acerca do tema desenvolvido paralelamente ao longo do livro.

O último capítulo tem o título de “Intervenções Metalingüísticas”. Nele se especificam, analisam e ampliam os conteúdos diretamente relacionados com questões de língua portuguesa abordados durante as sessões e registrados nas atas. Os comentários nele contidos, somados ao que consta do capítulo “Entrelinhas” e do Posfácio, remetem a mais algumas considerações sobre o que poderia ou deveria caracterizar uma política do idioma a partir de foco contemporâneo.

2. Machado e a Academia

Diz o Artigo 1º dos Estatutos da Academia Brasileira de Letras:

A Academia Brasileira de Letras, com sede no Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional, e funcionará de acordo com as normas estabelecidas em seu Regimento Interno.

Machado proferiu dois discursos na Academia, ambos no ano de sua fundação. O segundo deles mostra-o, antes de declarar encerrados os trabalhos de 1907, expondo com objetividade os temas que a ela cabem: “dar andamento ao anuário bibliográfico, coligir os dados biográficos e literários, como subsídio para um dicionário bibliográfico nacional, e, se for

possível, alguns elementos do vocabulário crítico dos brasileirismos entrados na língua portuguesa, e das diferenças no modo de falar e escrever dos dois povos, como nos obrigamos por um artigo do regimento interno.”

Sobre o último item, reconhece que se trata de pesquisa que exige “grande e compassada atenção, mas muita crítica também”. E prossegue, com rigor lexicográfico:

As formas novas da língua, ou pela composição de vocábulos, filhos de usos e de costumes americanos, ou pela modificação do sentido original, ou ainda por alterações gráficas, serão materiais de útil e porfiado estudo. Com os elementos que existem esparsos, e os que se organizarem, far-se-á qualquer coisa que no próximo século se irá emendando e completando.

Para Machado, à Academia cumpria trabalhar pelo conhecimento desses fenômenos, buscando ser, “com o tempo, a guarda da nossa língua”. Para isso, o escritor antevê que competirá à Academia “defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas – o povo e os escritores”.

Guardar não é impor; nenhum de vós tem para si que a Academia decreta fórmulas. E depois, para guardar uma língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige, e é definitiva.

Ao terminar, manifestando-se novamente sobre essas tarefas, faz um alerta para o qual, com certeza, muitos de seus sucessores não deram a apropriada e desejável atenção:

Não há justificar o que de si mesmo se justifica; limito-me a esta breve indicação de programa. As investigações a que nos vamos propor, esse recolher de leitura ou de outiva, não será um ofício brilhante ou ruidoso, mas é útil, e a utilidade é um título, ainda nas academias.

Entre a missão e a atitude da Academia, porém, ia alguma distância, e Machado, já em seu discurso de posse, prenunciava uma certa “confissão de culpa” quanto a isso, ao se referir à escolha dos patronos feita pelos sócios fundadores:

Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure. Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que

eles os transmitam também aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira.

Ao longo de sua existência, no entanto, Machado declarou muitas vezes que essa valorização da tradição não era um sinônimo de aversão ao novo. Como romancista, foi dos poucos de seu tempo que procuraram “harmonizar renovação com tradição”. Como presidente da instituição, manifestou essa opinião no discurso de encerramento de 1897, quando frisou que a Academia deveria “distinguir a moda, que perece, do moderno, que vivifica”.

Nosso recorte se detém no tempo da presidência de Machado de Assis. Nesse período, 52 sócios ocuparam as 40 cadeiras. Quem foram os acadêmicos dessa época? Que vínculos tinham com as Letras? Traçando o contorno da biografia dos sócios fundadores e daqueles que os sucederam, verificam-se alguns pontos interessantes, que, sem englobar questões de mérito literário ou lingüístico, podem servir para alguma reflexão.

As atas revelam, por exemplo, que, no tempo de Machado, a posse de um novo acadêmico era prestigiada até pelo presidente da República. Se o próprio não comparecesse, mandava um representante. Muitos dos acadêmicos tinham, inclusive, cargos no governo – um deles, o próprio Machado, empregado num ministério. Além das relações políticas, vê-se no quadro de seus integrantes que eram muito nítidas as primeiras relações da Academia com a imprensa e o magistério. Do ponto de vista de atuação lingüística e literária, prevalecia a produção poética sobre a ficção e era reduzido o número de acadêmicos cuja atividade se concentrava nos estudos filológicos. Neste item, diga-se mesmo que, ao longo de sua história, repetidas vezes a Academia disse *não* às pretensões de filólogos renomados de ingressar em suas fileiras.

Podemos citar como exemplos as candidaturas frustradas de, entre outros, Mário Barreto, Carlos Góis, Lindolfo Gomes, Sousa da Silveira (primeiro presidente da Academia Brasileira de Filologia), Júlio Nogueira, Jacques Raimundo e Antenor Nascentes, sendo que o último acabaria *contratado*, por sugestão do presidente Afrânio Peixoto, em 1940, para elaborar o

Dicionário da Academia.

Em relação às atas propriamente ditas, pode-se dizer que sua transcrição nos dá a oportunidade de conhecer um pouco melhor os seus primeiros tempos. Permite também confirmar as palavras de Joaquim Nabuco, para quem “sem a atuação de Machado de Assis, a Academia teria morrido do mal de sete dias” ou estaria correndo também o risco, segundo o próprio Machado confidenciou a Oliveira Lima, de se transformar em “uma Academia de danças”.

Em carta de 1 de agosto de 1908, pouco antes de sua morte, sua preocupação com a instituição de que era presidente, ele a manifesta, de modo lacônico, a Joaquim Nabuco:

A Academia vai andando; fazemos sessão aos sábados, nem sempre e com poucos.

3. As Atas

De 1896 a 1908 as atas tiveram quatro redatores. A partir do confronto entre os manuscritos das atas e correspondências arquivadas no Centro de Memória da ABL foi possível identificar (!?) três deles. O primeiro redator teria sido Silva Ramos, eleito Segundo Secretário da Academia na sessão de 18 de janeiro de 1897. O terceiro redator teria sido Rodrigo Otávio, que foi o Primeiro Secretário da Academia desde a primeira sessão preparatória. O quarto redator não foi nenhum dos acadêmicos.

Já o segundo redator (atas de 6 de junho de 1898 a 2 de junho de 1901) parece ter sido Mário de Alencar. Os manuscritos nos mostram a incrível semelhança entre seu talhe da letra e o do próprio Machado de Assis. Lembremo-nos de que o filho de José de Alencar manteve estreita amizade com Machado de Assis e que viria – quatro anos depois desse trabalho como copista, em 1905 – a ser eleito membro da Academia. O período dessas atas coincide em parte com a época em que Machado esteve aposentado do serviço público, após decreto assinado pelo Presidente Prudente de Moraes em 1 de janeiro de 1898. Sua volta ao exercício pleno ocorreu em novembro de 1902, embora precedida de uma passagem como secretário do Ministério da Viação e Obras Públicas. Esses acontecimentos favoreceram que se estreitasse a

convivência praticamente diária entre Machado e Mário, a quem o velho escritor considerava quase um filho. Ambos trocaram farta correspondência, que vai de 1897 a 1908, confirmando uma espécie de significativa comunhão de personalidade.

As folhas das atas mostram ainda anotações laterais, que marcam fatos como a “eleição de algum acadêmico” ou temas como “publicação da revista da Academia”. A principal dessas ocorrências diz respeito às sessões de 13 de julho, 8 de agosto, 26 de setembro e 1 de outubro de 1898, onde várias linhas (dezesseis ao todo) estão completamente riscadas, impedindo a leitura de qualquer trecho. O dado curioso é que, nos quatro casos, há um registro lateral que identifica como autor da rasura o escritor José Vicente de Azevedo Sobrinho, o mesmo que viria a ser, de 1918 a 1924, “dedicado chefe da Secretaria da Academia Brasileira”, autor das “valiosas *Efemérides da Academia*, pacientemente organizadas por aquele zeloso funcionário, (...) pesquisador dos fastos da Academia, da vida e obras de seus Patronos, fundadores e Acadêmicos”, como se lê no texto de Apresentação desse mesmo livro *Efemérides da Academia*, separata da *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

José Vicente de Azevedo Sobrinho (1875-1924), natural de S. Paulo, nasceu a 9 de janeiro de 1875, e nesse estado ocupou os cargos de chefe de seção da Secretaria da Justiça e oficial de gabinete do Ministro da Justiça. Foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras, onde ocupou a cadeira que tem Antônio de Godói como patrono. A seu respeito, diz Luís Correia de Melo no *Dicionário de Autores Paulistas*: “Tinha verdadeira paixão pela Casa de Machado de Assis.”

Nessas quatro mencionadas sessões ocorreram as duas primeiras eleições para vagas na Academia, em decorrência dos falecimentos de Luís Guimarães Júnior (sucessão em 8/8/1898) e J. M. Pereira da Silva (sucessão em 1/10/1898). Era praxe que, na sessão precedente, o presidente identificasse os postulantes à vaga. Por isso, quatro são as atas rasuradas – e de seu conteúdo pode-se ter uma idéia a partir da leitura do seguinte trecho de um dos recor-

tes de jornal que as acompanham:

Ainda desta vez o Sr. José Vicente Sobrinho não foi sufragado. Não desanime, porém, o distinto moço paulista. Continue a trabalhar, que um dia as portas do templo se abrirão ao seu aceno. (...) (*A Notícia*: 3 de outubro de 1898)

Das noventa e nove sessões realizadas entre os anos de 1896 e 1908, oitenta e quatro estão registradas em ata. Nesses manuscritos, observa-se a típica redação de textos burocráticos dessa natureza: identificações, propostas, votações... Não há grandes revelações e muito pouco se encontra de texto opinativo, mas importa ressaltar que algumas das decisões nelas registradas têm indiscutível valor histórico.

4. Fatos interpretados

O primeiro Regimento Interno da Academia estipulava o compromisso de “organizar um vocabulário crítico dos brasileirismos introduzidos na língua portuguesa e em geral das diferenças no modo de falar e escrever nos dois povos”, tarefa que só tem início em 1908, quando João Ribeiro “comunica haver iniciado o trabalho de vocabulário, na parte que lhe coube, e promete apresentá-lo pronto e a tempo de ser incluído no primeiro volume da Revista da Academia” (ata de 6 de junho de 1908).

Sobre os aspectos da língua, que tanto tinham mobilizado Alencar e Gonçalves Dias como parte do ideário romântico e que, de certo modo, ainda ecoavam na voz isolada do famoso personagem de Lima Barreto, parece que os intelectuais brasileiros mais influentes dos primeiros anos da República com eles já não se preocupavam. O padrão gramatical lhes parecia assentado e resolvido; o vocabulário, administrado sem problemas. A urgência do momento recaía na roupagem gráfica das palavras, a que era necessário imprimir uniformidade. Por isso, de tudo quanto se transcreveu nas atas desse período acerca de assuntos lingüísticos e literários, vê-se que a questão ortográfica foi o tema quase absoluto, mencionado pela primeira vez ainda na sessão preparatória de 11 de janeiro de 1897, por José Veríssimo, interessado em que a Academia “firmasse o modo de escrever a palavra *Brazil*”, com *z*, e não com *s*. O

parecer do Visconde de Taunay, que concordava com a opinião de José Veríssimo, lido nas reuniões de 14 e 18 de setembro do mesmo ano, não chegou a ser votado e se encontra reproduzido no nº 2 da *Revista da Academia* :

(...) a palavra *Brasil* figura mesmo em moedas, selos, notas do Tesouro e documentos oficiais ora com *s* ora com *z*, podendo-se dizer que o Brasil é a única nação civilizada que não sabe escrever o próprio nome.

Nas sessões de 1 de julho de 1911 e 3 de julho de 1919, a Academia voltaria a tratar do problema e, por proposta de Coelho Neto, aprovaria em 8 de novembro de 1922 a grafia *Brasil* (com *s*).

Como se sabe, a história dos acordos ortográficos no Brasil, ou entre o Brasil e Portugal, é longa e infundável. Parece que faz parte da natureza dos seres alfabetizados tratar desse assunto sob humores e fins variados. Às vezes como uma simples dúvida ou consulta de ordem prática, outras vezes como uma bem nutrida e grave questão de soberania nacional ou de integridade erudita pessoal. Nessa situação, o tema é capaz de ultrapassar limites ideológicos de esquerda ou de direita, convergindo sempre para o radicalismo que os une em todas as suas diferenças.

A participação da Academia nessas discussões começa na sessão de 13 de junho de 1901. Não há registro em ata dessa reunião, mas uma matéria publicada no *Jornal do Comércio* de 15 de junho dá conta de que o assunto foi ali debatido. As atas não voltam a indicar que esse trabalho tenha sido apresentado, e a palavra *ortografia* só reaparece na sessão de 5 de maio de 1906, quando é nomeada oficialmente outra “comissão incumbida de propor a reforma ou fixação da ortografia da língua portuguesa, sendo designados os Srs. João Ribeiro, José Veríssimo e Silva Ramos”. Um ano depois, na reunião de 2 de maio, Medeiros e Albuquerque apresenta um projeto de reforma contra cuja orientação fonética se insurge Salvador de Mendonça em “defesa da ortografia etimológica”.

Até que se começasse a votação, seis outras reuniões ocorreriam, e num inabitual inter-

valo pequeno de tempo. Por fim, no dia 11 de julho de 1907, a Academia inicia a votação dos itens da reforma ortográfica, e cinco sessões à frente, no dia 17 de agosto de 1907, julga “à-provada a redação definitiva da reforma e autorizada a sua publicação em boletim oficial da Academia”.

No início dessa história estão, porém, as doze reuniões sob a presidência de Machado de Assis, ocorridas entre 5 de maio de 1906 e 17 de agosto de 1907, nas quais se discutiu e se aprovou a “ortografia da Academia”, oficialmente abonada pelo Ministro da Justiça Augusto Tavares de Lyra em 11 de setembro de 1907 como uso válido nos “exames preparatórios, sem prejuízo da nota de aprovação”. Esse ato ministerial, todavia, na prática nunca foi cumprido.

As sugestões incluídas nas atas, os apartes dos acadêmicos e as solicitações de inclusão ou rediscussão dos itens do projeto original de Medeiros e Albuquerque evidenciam uma disputa entre *etimologistas* e *foneticistas*. Numa das sessões, aos 25 de julho de 1907, quando algumas dúvidas foram lançadas a respeito de itens já votados, Machado precisa intervir diante da proposta de Medeiros e Albuquerque de que não se voltasse a eles, e expressa o ponto de vista de que

havia ainda casos duvidosos, coisas a retificar ou coisas a inovar, e era do espírito e de vantagem para a Academia que a reforma saísse o mais acabada possível, o que dependia da discussão sucessiva, esclarecida e aprovada.

Aprovada na sessão de 17 de agosto de 1907, essa *organização da ortografia* vigorou na Academia até 1915, quando, por proposta de Silva Ramos, passou a ser adotada a ortografia oficial portuguesa, o que fez renascerem todas as críticas e divergências quanto aos princípios orientadores do sistema, somadas à acusação de inaceitável submissão aos filólogos portugueses.

Os votos de Machado de Assis nas dezessete proposições originais demonstram sua preferência pela ortografia simplificada, *salpicada* vez por outra de uns *temperos* etimológicos. Aliás, na crônica de 12 de maio de 1895, em *A Semana*, era exatamente este o tema que ele

comentava:

Era talvez ocasião de falar da escritura fonética. O fonetismo é um cal-
mante. (...) É um princípio em flor, uma aurora, um esboço que se co-
pletará algum dia, daqui a um século, ou antes. (...) A revolução estará
feita. A tuberculose continuará a matar, mas os remédios virão da *far-
mácia*. Talvez haja um período de transição e luta, em que as escolas se
definam só pelo nome; e a *farmácia* e a *pharmácia* defendam o valor de
suas drogas pela tabuleta. *Ph* contra *f*.

Um outro dado curioso que as atas desse período revelam é o choque da letra fria do
Regimento Interno com as novas realidades vividas pela instituição ou as vontades de acadê-
micos mais prestigiados entre seus pares. Essas são palavras de Evanildo Bechara na Apresen-
tação do livro. Ele cita o caso da eleição de João Ribeiro para a sucessão do acadêmico Luís
Guimarães Júnior, comunicada na sessão de 16 de maio de 1898. Filinto de Almeida, na ses-
são seguinte (6 de junho), “propõe que a eleição de membros da Academia se efetue sessenta
dias depois de declarada a vaga oficialmente em sessão”. A proposta é aprovada. Na plenária
de 13 de julho fica decidido que, na sessão seguinte, haverá eleição para a vaga de Luís Gui-
marães Júnior. Na sessão de 8 de agosto, antes de se proceder à eleição, Filinto de Almeida
lembra, em vão, “que pelo Art. 19 do Regimento Inte rno são necessários pelo menos três me-
ses para se proceder à eleição de membro efetivo contados desde a vaga, e que assim sendo
não lhe parece regular que se proceda nesta sessão à eleição”. Mas, conclui a ata, “o Sr. Graça
Aranha faz algumas considerações tendentes a justificar a dispensa do artigo do Regimento”.
Aprovada a dispensa, o Presidente procede à eleição da qual sai vitorioso João Ribeiro com
dezessete votos e três em branco.

As atas também oferecem dados pertinentes para se investigar a questão do cânone lite-
rário. Observados os nomes de literatos estrangeiros escolhidos para ocupar vagas de sócios
correspondentes, pode-se indagar acerca da projeção da obra desses escritores e do grau de
receptividade entre leitores e o clã literário da época.

Elas nos servem ainda para comentar o tema “política do idioma”, trazendo-o para os

dias de hoje, diante de notícias mais ou menos freqüentes a respeito da cobrança de uma “atuação oficial” que vise à preservação da língua portuguesa, protegendo-a de agentes destruidores e desintegradores, contra os estrangeirismos e a conspurcação gramatical, as gírias, o coloquialismo, etc., etc.

A Academia, nos seus primeiros tempos, não se mostrou cúmplice do reacionarismo autoritário que ainda hoje atua no imaginário da sociedade, representado contemporaneamente pelos quase sempre malfadados consultórios gramaticais, guardiães (ou guardiões) da “pureza idiomática” contra o “mal falar e escrever”...

Para mostrar essa visão nem sempre retrógrada, tomemos as palavras de um dos mais importantes nomes dessa primeira geração de acadêmicos, Rui Barbosa. Num parecer sobre a reforma do ensino primário, Rui afirmara que a gramática escolar afasta as crianças da plasticidade da língua, de sua beleza, apenas conclamando as forças da memória a reger o processo educativo. Para ele, o ensino da gramática ficou restrito a um

esqueleto odioso, tormento dos mestres e agonia dos alunos, não incute senão o horror da escola, e com ele essa aversão ao estudo. Os métodos reinantes entre nós fecham os olhos à realidade, para tratar a criança como se fosse ao influxo da escola que ela balbuciasse as primeiras sílabas da sua língua, como se o idioma verráculo fosse uma novidade tão completa quanto o latim, o grego ou o sânscrito. (1883)

Machado de Assis, em crônica do dia 7 de março de 1889 (Bons Dias), ironiza as iniciativas de Castro Lopes, médico, literato, latinista e “bastião” de plantão, cujas propostas consistiam em criar neologismos que pudessem substituir palavras francesas que se alastravam em nossa língua.

Pego na pena com bastante medo. Estarei falando francês ou português? (...) Ora, eu não tenho outro desejo senão falar e escrever corretamente a minha língua: e se descubro que muita coisa que dizia até aqui, não tem foros de cidade, mando este ofício à fava, e passo a falar por gestos.

Essas atitudes equivocadas de proteção da língua ressurgem de tempos em tempos, repetitivas e estéreis. O selo de qualidade do idioma proposto por Sandra Cavalcanti e o projeto contra os

estrangeirismos de Aldo Rebelo são apenas os dois últimos registros. A Academia, porém, pode contribuir de modo diferente para atingir o mesmo objetivo, e suas atuais iniciativas de incentivo às publicações de obras filológicas e literárias estão nesse caminho, que é o mesmo registrado na sessão de 17 de outubro de 1908, quando se transcreveu a moção do acadêmico Oliveira Lima, aprovada pelo Congresso de Americanistas realizado em Viena. Pela primeira vez era a língua portuguesa aceita como um dos idiomas oficiais de um congresso internacional,

um grande passo para tirar a nossa língua da espécie de isolamento em que injustificadamente vive, e dar-lhe direito de cidade nas assembleias cultas do estrangeiro, a par dos idiomas mais ilustres. (Ata de 17/10/1908)

As atas revelam, enfim, “um pouco da história intelectual brasileira num momento em que ela ainda não era História” e permitem, por meio de um olhar sobre seu processo de solidificação, avaliar a posição real da Academia em relação às suas possibilidades.

@ @ @ @ @ @

Nota do Autor: Este texto reproduz com adaptações e acréscimos alguns trechos do livro *Atas da Academia*, incorporando pequenas passagens do texto de Apresentação (de Evanildo Bechara) e das seguintes resenhas publicadas: “Um livro para provocar outros livros”, de José Carlos de Azeredo (Jornal de Letras: jan. 2002), “Atas que Desatam”, de Nelly Carvalho (Jornal do Commercio, PE: 05/04/2002), “Era uma vez a Academia Brasileira de Letras” (Revista de Cultura Vozes: junho 2002) e “Eine Rekonstruktion der Unsprünge”, de Marcel Vejmelka (Tranvia: juni 2002). As demais referências bibliográficas são as mesmas incluídas no livro.